SINDJUS DF
em ação
06 de Agosto de 2021

SINDJUS-DF LUTA POR REAJUSTE PARA OS SERVIDORES

e valorização no fórum permanente de carreira

SINDJUS-DF NA LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

e pela recomposição salarial dos servidores do PJU e MPU

VEJA TAMBÉM:

- Grupo do NS decide pela ampliação do debate.
- Fonacate afirma haver margem para 8% de reajuste.
- Sindjus-DF continua na luta pelo Direito de Advogar.

SINDJUS-DF LUTA PELA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL NO FÓRUM DE CARREIRA DO CNJ E JUNTO À PGR

Sindicato trabalha conjuntamente com Fonacate, que defende índice de 8%

O Sindjus-DF, diante da grave e preocupante defasagem salarial dos servidores do PJU e MPU, já na casa dos 50%, batalha para que o Fórum Permanente de Carreira instalado pelo CNJ discutisse a questão da revisão dos salários e criasse um grupo de trabalho específico para debater esse tema que é urgente e necessário.

Os coordenadores Costa Neto e Cledo Vieira participaram pelo Sindicato das reuniões do Grupo 2, criado para tratar especificamente da recomposição salarial. Levando-se em conta a EC 95/16, a EC 109, a LRF e o curto prazo para envio da proposta orçamentária do PJU, chegou a ser apresentado um índice de recomposição emergencial de 14,74% levando em conta a inflação e 2019 a 2021.

O Sindjus-DF defendeu que não podemos abrir mão das perdas salariais passadas, sendo que nossa defasagem salarial hoje ultrapassa os 50%. Para o Sindicato é necessário ter muito cuidado para definir uma campanha salarial com um percentual abaixo do ideal, como se fosse o suficiente. Tivemos perdas do governo Dilma Rousseff, que vetou o reajuste, e no governo Bolsonaro.

A ideia é lutar por um percentual de recomposição salarial urgente e possível dentro de diversas limitações, e trabalhar um plano de revisão de salários mais abrangente num segundo momento, de modo a recuperar as perdas inflacionárias dos últimos anos.

Representantes das administrações estudaram a margem orçamentária disponível para pagamento de recomposição e apresentaram dados e projeções. Não houve consenso a respeito de um índice possível para ser trabalhado junto ao presidente do STF e CNJ, ministro Fux, e outros presidentes de tribunais e conselhos do Poder Judiciário. No entanto, esmagadora maioria afirmou que o índice de 14,74% é inviável.

A expectativa é de que a partir dos debates políticos e estudos técnicos que foram produzidos nessas reuniões, o presidente Fux possa se reunir com a cúpula do PJU para tratar da recomposição salarial dos servidores.

O Sindjus-DF também vem atuando junto à PGR sobre a necessidade de recomposição emergencial para os servidores do MPU.

No entender do Sindicato, esgotadas as análises técnicas, que contaram com estudos e levantamentos, trata-se agora de uma questão política.

Chegou a ventilar na mídia que o governo cogitava um reajuste de 5% para o funcionalismo em 2022. No entanto, em assembleia realizada no dia 13 de julho pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), especialistas no tema apontaram espaço no orçamento para reajuste de até 8%. O Sindjus-DF que trabalha junto com Fonacate e Conacate em diversas lutas em prol dos serviços e servidores públicos, defende esse estudo para fundamentar a nossa jornada pela recomposição emergencial.

No início de agosto, o Sindicato oficiou todos os órgãos do Poder Judiciário e ramos do MPU sobre a necessidade de assegurar margem para a recomposição salarial dos servidores em suas peças orçamentárias.

SINDJUS-DF TRATA DE NS, POLÍCIA JUDICIAL E REENQUADRAMENTO PARA AUXILIARES NO FÓRUM DO CNJ

Acompanhe um resumo das três reuniões do Fórum Permanente de Carreira realizadas até então

Dia 19/05 – Primeira Reunião do Fórum

O Sindjus participou como membro efetivo da primeira reunião do Fórum Permanente de Gestão de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, coordenado pelo conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho. A instalação do fórum atende uma antiga demanda do Sindicato.

O coordenador-geral Costa Neto argumentou que embora o fórum seja sobre carreira, é necessário realizar um debate urgente e profundo sobre a recomposição salarial, visto que a defasagem salarial já ultrapassou a marca dos 50%.

O representante do Sindjus-DF também pontuou questões específicas fundamentais de cada cargo: envio de anteprojeto de lei dispondo sobre a implantação do NS; discutir o direito de advogar para **os Analistas e servidores bacharéis em Direito** e que possuam registro na OAB, bem como a compatibilização do exercício da profissão aos servidores que têm cargo técnico; encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional para modificar a Lei 11.416/16, de modo a consolidar a Polícia Judicial; debater o reenquadramento dos auxiliares remanescentes e os pleitos dos oficiais de justiça.

Adotando as sugestões do Sindjus-DF, o debate sobre recomposição salarial foi colocado como primeiro item da pauta prioritária, que também contará com um ponto específico de cada segmento, conforme apresentado por Costa Neto.

Dia 09/06 – Segunda Reunião do Fórum

Discutiu-se remuneração e recomposição salarial, valorização da carreira e qualidade de vida no trabalho, estrutura e pautas específicas de cada cargo.

O coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto propôs a necessidade de criação de grupos formados pelas entidades e representantes dos tribunais integrantes do Fórum para esmiuçar as pautas e apresentar dados técnicos para subsidiar o encaminhamento das demandas.

Ficou definida a criação de três grupos de trabalho:

1. Estruturação de cargos, revisão de normas e portarias conjuntas, desenvolvimento na carreira e qualidade de vida no trabalho (QVT);
2. Recomposição e questões salariais;
3. Reenquadramento dos auxiliares e VPNI dos Oficiais de Justiça

Dia 07/07 – Terceira Reunião do Fórum

Os coordenadores Costa Neto e Cledo Vieira debateram os trabalhos realizados até então pelos grupos formados na reunião anterior, destacando a discussão em torno da recomposição emergencial. Representantes dos órgãos que já finalizaram suas projeções a respeito do índice possível de se incluir no orçamento, apresentaram estudos sobre a adoção deste percentual e a margem que se pode trabalhar.

Costa Neto destacou que é importante que haja uma força-tarefa agora para que as administrações incluam uma margem de recomposição salarial para os servidores no que se refere ao Orçamento de 2022.

Os coordenadores do Sindjus-DF, em conjunto com o representante do CSJT, Thiago Almeida, destacaram a importância do CNJ se manifestar o quanto antes sobre a Consulta 4334-72 de 2021, sobre a possibilidade, no âmbito da Justiça do Trabalho, de se aproveitar os servidores já aprovados em concursos de outros tribunais do mesmo ramo para nomeação.

Bandeira de Mello se comprometeu a conversar com o conselheiro Rubens Canuto, que é o relator da consulta feita pelo CSJT ao CNJ, a debater internamente a proposta de envio do PL sobre o reenquadramento dos auxiliares, e também a se reunir com o TCU e com os colegas do Conselho Nacional de Justiça sobre uma possível consulta a respeito da cumulação de GAE e VPNI.

SINDJUS-DF COMBATE REFORMA ADMINISTRATIVA EM VÁRIAS FRENTES

No dia 3 de agosto, o Sindjus-DF participou de um grande ato contra a Reforma Administrativa, que contou com uma marcha pela Esplanada dos Ministérios passando pela Praça dos Três Poderes e culminando no Congresso Nacional.

E é essencial que a luta contra a Reforma Administrativa ganhe o apoio da população, por isso o Sindjus-DF enfatiza a necessidade de intensificar a campanha de combate à PEC nas redes sociais, desmascarando essa proposta que não é de reforma, mas de desmonte do serviço público brasileiro.

Com deputados e senadores retornando às atividades no Congresso Nacional após o período de recesso, uma massa de servidores com bandeiras, faixas e banners protestaram contra a PEC 32/02, repudiando, por exemplo, os ataques à estabilidade e aos concursos públicos. Foi um ato bastante participativo, que, sem dúvida alguma, deu o seu recado. Se a bancada governista imaginou que seria fácil aprovar essa reforma, enganou-se, pois os servidores provaram ontem que não vão desistir dessa luta.

O Sindjus-DF tem participado ativamente da luta contra a Reforma Administrativa em várias frentes de combate, dentro e fora do Congresso Nacional. O Sindicato entende a importância dessa campanha contra a PEC 32 estar presente em todos os locais de trabalho do Poder Judiciário e do MPU, bem como em todos os órgãos públicos, de modo que o funcionalismo - nas esferas Federal, Estadual e Municipal - se mobilize contra essa política de desmonte da máquina pública que o ministro da Economia Paulo Guedes insiste em colocar como prioridade para satisfazer os interesses do mercado financeiro. O ministro que chamou os servidores de parasitas e afirmou que o congelamento salarial do funcionalismo é a primeira granada colocada no "bolso do inimigo".

Essa é a forma como o governo vê os servidores - inimigos. No entanto, durante a pandemia a população pode perceber o quanto os serviços públicos são essenciais e que é realmente necessário valorizar os servidores e não dilapidar o funcionalismo como está sendo feito. Os verdadeiros inimigos não são os servidores, mas aqueles que retiram da população o direito de ter um serviço público de qualidade.

E é essencial que a luta contra a Reforma Administrativa ganhe o apoio da população, por isso o Sindjus-DF enfatiza a necessidade de intensificar a campanha de combate à PEC nas redes sociais, desmascarando essa proposta que não é de reforma, mas de desmonte do serviço público brasileiro.

O Sindicato já colocou vários materiais nas ruas, em outdoors bem localizados, painéis na Rodoviária do Plano Piloto e no Metro, para levar à população a verdade sobre esse arsenal de granadas que tem tudo para fazer um grande estrago, com consequências para atuais e futuros servidores, e para o povo brasileiro.

O Sindjus-DF atua contra a Reforma Administrativa juntamente com entidades sérias e apartidárias como Sindilegis, Conacate, Fonacate e as frentes parlamentares do serviço público, buscando uma força-tarefa capaz de enfrentar o rolo compressor do governo.

GRUPO 1 DECIDE PELO APROFUNDAMENTO DO DEBATE DO NS

O Grupo 1 do Fórum Permanente de Carreira instalado pelo CNJ decidiu, diante das duas propostas apresentadas pelo subgrupo responsável pela discussão do NS, a necessidade de realizar um debate mais amplo sobre a mudança do nível de escolaridade para o cargo de técnico, passando de médio para superior.

O Grupo 1 entendeu que não há como tratar do NS de forma isolada, e que essa discussão deve ser tratada juntamente com a de atribuições e competências de analistas e técnicos, promovendo um debate mais ampliado a respeito dos cargos que compõem a nossa carreira.

O subgrupo que discutirá Atribuições e Competências dos cargos do PJU se reunirá no dia 12 de agosto com participação do Sindjus-DF.

Grupo 3 entende que melhor caminho para reenquadrar auxiliares é através de PL

No Grupo 3, foi feito um histórico sobre a questão dos auxiliares, explicando o fato da maioria ter sido reenquadrada e cerca de 200 colegas em todo o País permanecerem neste cargo, acumulando prejuízos, portanto, a correção desta realidade é necessária e legítima.

Entendeu-se no âmbito do grupo que por mais que a solução administrativa fosse o caminho ideal, como tal reenquadramento implica incremento orçamentário (mesmo que bastante reduzido) e já houve negativas administrativas num passado recente, o mais apropriado para o momento é construir um processo legislativo específico para essa situação. O Sindjus-DF apresentou uma minuta de projeto de lei ao CNJ sobre o tema.

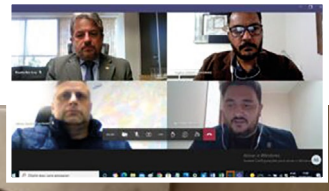
Diante de situação delicada dos Oficiais de Justiça, grupo 3 prefere cautela

Uma mudança de entendimento do TCU, alegando suposta ilegalidade na cumulação de VPNI e GAE pelos oficiais de justiça vem causando uma série de prejuízos aos colegas, uma vez que algumas administrações dos tribunais já vêm acolhendo esse novo entendimento.

Para solucionar esse problema, um dos caminhos apontado pelo grupo foi o de realizar uma consulta ao CNJ. No entanto, decidiu-se apresentar a proposta na reunião geral do dia 07 de julho no sentido do coordenador do Fórum, conselheiro Bandeira de Mello, fazer gestões internas no CNJ sondando se essa consulta é viável, medindo o cenário, que é bastante desafiador, uma vez que ainda não existem liminares do STF contra o novo entendimento do TCU.

SINDJUS-DF E POLICIAIS JUDICIAIS ELABORAM PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE LEI

Sindjus-DF e policiais judiciais elaboram proposta de anteprojeto de lei



O Sindjus-DF elaborou, com auxílio de um grupo expressivo de policiais judiciais, uma proposta de anteprojeto de lei com o objetivo de transportar as conquistas da resolução CNJ 344/2020 para a lei 11.416/06.

A proposta, que visa a atender aos principais pleitos da Polícia Judicial, foi elaborada após um amplo estudo realizado por técnicos do segmento, com apoio dos agentes de polícia judicial do TJDFT Leandro Caetano e Wesley Albuquerque, filiados ao Sindjus-DF, cujo texto base foi debatido e consolidado, em junho, em reunião com a diretoria do Sindjus-DF.

Entre os pontos abarcados pela minuta do anteprojeto de lei estão: a recepção na lei 11.416/06 da denominação funcional, a nomenclatura do cargo, a possibilidade de cumulação da gratificação específica da categoria com as funções comissionadas e cargos em comissão na área de polícia judicial. Também foram feitas sugestões de modificações na gratificação, para que ela fique inerente ao cargo e não mais à atividade.

O texto será submetido pelo Sindjus-DF ao Fórum de Carreira do CNJ.

Sindjus-DF se reúne com Corregedor Nacional do CNMP para tratar da Polícia do MP

O diretor jurídico do Sindjus-DF, Igor Tobias Mariano, juntamente com o coordenador-geral da Agempu, Rogério Marques, e o agente de segurança do MP Márcio Martins, estiveram reunidos, no dia 27 de julho, com o Corregedor Nacional do CNMP, Rinaldo Reis Lima, para tratar da organização da Polícia Institucional do MP.

Essa tem sido uma das bandeiras de atuação do Sindjus-DF, que tem realizado diversas reuniões com o objetivo de garantir a valorização dos agentes de segurança do MP, além de permitir maior autonomia no exercício das funções.

”Hoje somos um efetivo de mais de 6 mil agentes pelo país inteiro e esses servidores estão sendo mobilizados no rumo da qualificação e da especialização”, disse. **“O que podemos testemunhar é que, para nós, tem funcionado muito bem e a perspectiva é cada vez melhor e mais animadora”**, enalteceu Mariano.

O corregedor Rinaldo Reis Lima afirmou ser favorável à organização. Em sua avalição, a adequação se faz necessária. Solicitou ainda que os dirigentes buscassem o relator da proposta que trata da regulamentação e se comprometeu a apoiar o pleito.

SINDJUS-DF PARABENIZA ADVOGADOS

e segue na luta pelo direito de advogar para Analistas e bacharéis em Direito

Neste 11 de agosto – Dia do Advogado – o Sindjus-DF parabeniza todos os advogados, bem como todos os bacharéis em Direito da nossa categoria, reafirmando seu compromisso na luta pelo Direito de Advogar a todos os analistas do Poder Judiciário e MPU e demais servidores da nossa categoria que possuem registro na OAB.

Para o Sindjus-DF esse é um tema que precisa ser tratado com toda dedicação necessária pelo Fórum de Carreira instalado pelo CNJ, inclusive, o coordenador-geral Costa Neto já colocou essa necessidade para o conselheiro Bandeira de Mello. O Sindjus-DF defende que o direito de advogar e compatibilidade do exercício da profissão na mesma área aos servidores engenheiros, contadores, e outros profissionais de áreas técnicas, seja tratado num grupo específico dentro do Fórum, com a mesma atenção dada ao NS, policia judicial, oficiais de justiça e reenquadramento de auxiliares. Embora temas específicos, são fundamentais ao fortalecimento do conjunto da nossa carreira. O trabalho diário dos advogados é de grande relevância à manutenção do Estado Democrático de Direito e construção da Justiça. E temos certeza de que o Direito de Advogar faz justiça aos analistas e outros colegas que têm todas as condições de exercer essa profissão, enriquecendo assim a advocacia brasileira. Portanto, o Sindjus-DF parabeniza todos os advogados e servidores bacharéis em Direito por esta data, afirmando que no dia 18 de agosto, na próxima reunião do Fórum, mais uma vez essa bandeira do Direito de Advogar será defendida com o respeito que merece pelos coordenadores do Sindicato que participam do Fórum. Muitos projetos dessa natureza já foram apresentados no Congresso Nacional, mas não prosperaram por falta de vontade política. O Sindicato já fez abaixo-assinado virtual em defesa dessa causa, bem como já levou esse pleito às administrações e presidências do Poder Judiciário e também à PGR e ramos do MPU.

SINDJUS DF em ação

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF

Edifício Brasília Trade Center - SCN Quadra 01 Bloco C Sala 201 à 208 - Brasília/DF - CEP: 70.711-902

Fone: (61) 3212-2613 / e-mail: sindjus@sindjusdf.org.br

@sindjus @sindjusdf | sindjusdf.org.br